www.revistaft.com.br

Revista FT | ISSN 1678-0817 | v.30, n.163, 2026 | DOI: 10.69849/paavrn57

Autoritarismo, desumanização e identificação com o opressor: aproximações e diferenças entre fascismo, nazismo e bolsonarismo à luz da neurociência, da psicanálise e da ciência comportamental

Authoritarianism, dehumanization and identification with the oppressor: similarities and differences between fascism, Nazism and Bolsonarism in light of neuroscience, psychoanalysis and behavioral science

Bartolomeu Silva Araújo

RESUMO

Este artigo investiga processos comportamentais e psicossociais que podem aparecer, sob formas historicamente distintas, em movimentos autoritários, tomando o fascismo italiano, o nazismo alemão e o bolsonarismo brasileiro como objetos de comparação crítica. O objetivo não é afirmar equivalência histórica entre os três fenômenos nem diagnosticar seus apoiadores, mas identificar mecanismos possíveis de convergência: construção de inimigos, culto à liderança, idealização de uma comunidade nacional homogênea, desumanização, obediência seletiva, reforçamento grupal, desengajamento moral e legitimação da desigualdade. Articulam-se contribuições da neurociência social, da psicanálise, da ciência comportamental e da psicologia social. Discute-se também a identificação com o opressor e a adesão de integrantes de grupos vulnerabilizados a discursos que podem sustentar hierarquias contrárias aos próprios interesses, fenômeno explicado por múltiplas hipóteses e não por uma única causa psicológica. Metodologicamente, o texto consiste em ensaio teórico de revisão narrativa. Conclui-se que informação histórica, isoladamente, não garante mudança de atitude: aprendizagem, identidade, ameaça percebida, recompensas sociais, desigualdades e normas grupais também influenciam a conduta. A análise deve manter rigor histórico, evitar patologização coletiva e distinguir semelhanças de mecanismos de equivalência entre regimes.

Palavras-chave: autoritarismo; fascismo; nazismo; bolsonarismo; desumanização; identificação com o opressor.

ABSTRACT

This article examines behavioral and psychosocial processes that may appear, in historically distinct forms, in authoritarian movements, comparing Italian Fascism, German Nazism, and Brazilian Bolsonarism. It does not claim historical equivalence or diagnose their supporters; rather, it identifies possible convergent mechanisms such as enemy construction, leader idealization, the fantasy of a homogeneous national community, dehumanization, selective obedience, group reinforcement, moral disengagement, and the legitimation of inequality. It also discusses identification with the oppressor and the participation of vulnerable-group members in discourses that may sustain hierarchies contrary to their interests. This theoretical essay is based on a narrative review. It argues that historical information alone does not guarantee attitude change: learning, identity, perceived threat, social rewards, inequality, and group norms also shape conduct. The analysis must preserve historical rigor, avoid collective pathologization, and distinguish similarities in mechanisms from equivalence between regimes.
Keywords: authoritarianism; fascism; Nazism; Bolsonarism; dehumanization; identification with the oppressor.

1 INTRODUÇÃO

A persistência de discursos discriminatórios mesmo diante de evidências históricas, científicas e socioantropológicas constitui um problema central para a compreensão do comportamento humano. Como indivíduos podem conhecer os efeitos do racismo, do antissemitismo, da xenofobia, da misoginia e da perseguição a minorias e, ainda assim, reproduzir ou justificar discursos que os sustentam? Por que algumas pessoas aderem a projetos políticos que prometem ordem e pertencimento, mas também legitimam exclusão, hierarquia ou redução de direitos? E por que membros de grupos historicamente vulnerabilizados podem defender valores que mantêm estruturas de opressão?

Essas questões não podem ser respondidas pela suposição de que as pessoas simplesmente desconhecem a história ou agem por irracionalidade. Crenças políticas cumprem funções afetivas, identitárias e sociais: organizam a realidade, fornecem explicações, permitem pertencimento e delimitam quem é percebido como aliado ou ameaça. Em contextos polarizados, a adesão a um grupo pode tornar-se parte da identidade pessoal, fazendo com que evidências contrárias sejam interpretadas como ataques ao próprio sujeito.

Este artigo compara mecanismos comportamentais associados ao fascismo italiano, ao nazismo alemão e ao bolsonarismo brasileiro. A comparação é delimitada: fascismo e nazismo foram movimentos e regimes históricos com instituições, projetos e consequências específicas, incluindo o genocídio promovido pelo Estado nazista; bolsonarismo é um movimento político contemporâneo heterogêneo, cuja relação com o fascismo é objeto de debate acadêmico. Identificar semelhanças discursivas ou mecanismos autoritários não significa declarar os fenômenos idênticos.

O objetivo é examinar, com base na neurociência social, na psicanálise, na ciência comportamental e na psicologia social, os processos que podem tornar a exclusão moralmente aceitável. A hipótese orientadora é que a informação histórica, embora essencial, compete com necessidades de pertencimento, ameaças percebidas, reforçadores sociais, narrativas identitárias e estruturas de poder.

2 METODOLOGIA E CUIDADOS CONCEITUAIS

Trata-se de ensaio teórico interdisciplinar, elaborado a partir de revisão narrativa de obras e estudos sobre autoritarismo, desengajamento moral, desumanização, identidade social, psicanálise e história política. Não constitui revisão sistemática nem apresenta dados empíricos próprios. A finalidade é organizar hipóteses explicativas e propor distinções conceituais para orientar estudos posteriores.

Três cuidados orientam a análise. Primeiro, não se atribuem diagnósticos psiquiátricos ou estruturas de personalidade a coletividades políticas. Segundo, não se presume que todos os apoiadores de um movimento compartilhem as mesmas motivações, valores ou práticas. Terceiro, a semelhança entre mecanismos (por exemplo, a construção de inimigos) não prova equivalência histórica entre movimentos. A análise do bolsonarismo requer delimitação de discursos, períodos, atores e práticas documentáveis, além de consideração da diversidade interna e de interpretações acadêmicas divergentes.

Os termos fascismo e nazismo designam fenômenos históricos específicos, e não insultos genéricos. O conceito de autoritarismo é mais amplo e pode descrever tendências, práticas ou estruturas distintas. A classificação do bolsonarismo como fascista, neofascista, populista autoritário ou movimento de extrema direita depende do referencial teórico e dos critérios empregados; o presente texto não trata essa classificação como consenso absoluto.

3 CONTEXTO HISTÓRICO: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS

O fascismo italiano consolidou-se no contexto de crise social e política do pós-Primeira Guerra Mundial, mobilizando nacionalismo, mito de renascimento nacional, culto à liderança, violência contra opositores e rejeição do pluralismo liberal. O regime de Benito Mussolini buscou subordinar a sociedade ao Estado e ao projeto nacional fascista, recorrendo à repressão política e à organização autoritária da vida pública.

O nazismo compartilhou elementos do fascismo, mas desenvolveu uma centralidade racial e antissemita radical, combinada com expansionismo, perseguição estatal e genocídio. A desumanização dos judeus e de outros grupos perseguidos não foi apenas retórica: articulou-se a políticas de exclusão, expropriação, deportação e assassinato em massa. Pesquisas sobre a propaganda nazista identificam alterações na linguagem que negava aos judeus experiências mentais humanas, contribuindo para compreender como a representação do outro pode reduzir a preocupação moral (LANDRY et al., 2022).

O bolsonarismo emergiu em circunstâncias diferentes, no interior de uma democracia constitucional contemporânea, com uso intenso de redes digitais, retórica antipetista e antissistema, apelos à ordem, à segurança, ao conservadorismo moral e à autoridade. Parte da literatura acadêmica examina aproximações entre o bolsonarismo, o populismo autoritário e tradições fascistas, enquanto outros enquadramentos enfatizam diferenças institucionais, históricas e ideológicas. Essa discussão deve ser conduzida por critérios explícitos, não por analogias automáticas.

Há mecanismos comparáveis que podem ser investigados: polarização entre povo legítimo e inimigos internos; idealização de uma liderança; suspeita em relação à imprensa, à ciência ou a instituições de controle; valorização de força e punição; e representação de grupos minoritários como ameaças à ordem moral. Contudo, tais semelhanças não autorizam equiparar a escala, o aparato estatal, os objetivos raciais ou os resultados históricos do nazismo ao Brasil contemporâneo. A comparação responsável identifica padrões e preserva as diferenças.

4 NEUROCIÊNCIA SOCIAL: AMEAÇA, PERTENCIMENTO E RACIOCÍNIO MOTIVADO

A neurociência não oferece um “cérebro fascista” ou um marcador biológico capaz de identificar apoiadores de determinado movimento. As decisões políticas emergem da interação entre processos cognitivos, afetivos, aprendizagem, história de vida e contexto. A contribuição neurocientífica consiste em estudar como atenção, memória, percepção de

ameaça, recompensa e avaliação social influenciam julgamentos (sem reduzir fenômenos políticos complexos a uma região cerebral).

Quando a pessoa percebe que seu grupo está sob ameaça, a atenção pode concentrar-se em informações que confirmam o perigo e desconsiderar dados que o contradizem. Uma narrativa política que apresenta minorias, imigrantes, opositores ou instituições como ameaças existenciais pode transformar discordância em questão de sobrevivência simbólica. A defesa do grupo passa então a parecer mais urgente do que a avaliação crítica dos meios empregados.

O raciocínio motivado ajuda a compreender por que a informação histórica nem sempre modifica convicções. A pessoa pode não avaliar evidências apenas para descobrir o que é verdadeiro; pode também mobilizá-las para defender a identidade, a autoestima ou o pertencimento. Uma informação que ameaça o grupo pode ser desqualificada como propaganda do inimigo, enquanto uma informação favorável recebe aceitação pouco crítica. Isso não significa que todo desacordo seja irracional: fontes, confiança institucional, experiências pessoais e qualidade da informação também importam.

A identidade grupal pode ampliar a distinção entre membros do próprio grupo e grupos externos. Atribuições mais generosas aos aliados e mais hostis aos adversários não são exclusivas de uma orientação política, embora possam ser exploradas por movimentos autoritários. A repetição de narrativas e a aprovação social podem estabilizar interpretações, mas não determinam automaticamente o comportamento. Indivíduos respondem de maneiras diversas e podem revisar suas posições quando encontram vínculos confiáveis, informações consistentes e condições para reconsiderar sem humilhação pública.

5 PSICANÁLISE: IDENTIFICAÇÃO, IDEALIZAÇÃO E AMBIVALÊNCIA

A psicanálise permite investigar o significado subjetivo da adesão política, sem pretender substituir a história ou a ciência política. A identificação com uma liderança pode oferecer uma imagem idealizada de força, ordem ou invulnerabilidade. A crítica ao líder pode então ser vivida não como discordância sobre decisões públicas, mas como ameaça ao próprio ideal do “EU” ou à comunidade com a qual a pessoa se identifica.

Freud, em Psicologia das massas e análise do EU, examina a identificação e os vínculos que podem manter grupos em torno de uma figura ou ideal compartilhado. Essa abordagem ajuda a formular perguntas sobre a intensidade afetiva do vínculo político: por que uma liderança é defendida mesmo diante de contradições? Como a lealdade se torna prova de pertencimento? Em que condições a dúvida é tratada como traição? Essas perguntas são hipóteses interpretativas, não diagnósticos individuais.

A idealização pode ser acompanhada pela desvalorização do adversário. A complexidade do mundo social é reduzida a uma oposição moral rígida: o grupo próprio representa pureza, honestidade ou salvação; o outro concentra corrupção, ameaça e degeneração. Esse tipo de divisão pode oferecer alívio psíquico diante da ambivalência, mas empobrece a capacidade de reconhecer contradições no próprio grupo e humanidade no adversário.

Em uma leitura freudiana, a agressividade não desaparece sob as normas civilizatórias; ela é regulada, deslocada e simbolizada. Movimentos que celebram força, humilhação ou punição podem oferecer uma linguagem socialmente autorizada para expressões agressivas. Ainda assim, não se deve concluir que seus participantes sejam secretamente cruéis ou que uma teoria psicanalítica prove as motivações de cada pessoa. A psicanálise fornece instrumentos de interpretação que precisam ser usados com humildade epistemológica.

6 CIÊNCIA COMPORTAMENTAL: REFORÇAMENTO E APRENDIZAGEM SOCIAL

Do ponto de vista comportamental, atitudes e expressões políticas são influenciadas por antecedentes e consequências. Uma pessoa que ridiculariza uma minoria e recebe risos, curtidas, reconhecimento ou status dentro do grupo pode ter maior probabilidade de repetir a conduta. O reforçamento não precisa ser material: aprovação, pertencimento e sensação de eficácia social também podem manter comportamentos.

Ambientes digitais podem acelerar esse processo porque a reação do público é rápida e visível. Mensagens indignadas, humilhantes ou provocativas podem receber engajamento; isso não significa que algoritmos determinem todas as crenças, mas que a arquitetura das plataformas pode criar incentivos específicos. Para estabelecer causalidade, seria necessário investigar padrões de exposição, respostas do público, desenho das plataformas e fatores individuais.

A aprendizagem por observação também é relevante. Quando figuras de autoridade insultam adversários sem sofrer consequências percebidas, seguidores podem interpretar a conduta como permitida ou eficaz. Quando uma instituição pune seletivamente e tolera abusos de aliados, pode comunicar que as regras são aplicáveis apenas aos grupos rivais. A norma percebida pode, assim, divergir da norma formal.

O ciclo possível inclui rotulação de um grupo como ameaça, expressão de hostilidade, recompensa social e repetição. Contudo, contingências podem ser modificadas: normas explícitas, consequências consistentes para ameaças, modelos de discordância respeitosa e redes sociais que recompensem cooperação podem reduzir incentivos à agressão. A

explicação funcional não desculpa o comportamento; ajuda a identificar condições de manutenção e mudança.

7 DESENGAJAMENTO MORAL E DESUMANIZAÇÃO

Bandura (1999) descreve mecanismos de desengajamento moral pelos quais pessoas podem justificar condutas prejudiciais sem experimentar a autocensura habitual. Entre eles estão a justificação moral, a linguagem eufemística, a comparação vantajosa, o deslocamento da responsabilidade, a minimização dos danos, a culpabilização da vítima e a desumanização. Esses mecanismos ajudam a compreender como indivíduos que se consideram moralmente corretos podem apoiar práticas injustas.

A desumanização não ocorre apenas quando um grupo é chamado de animal ou praga. Pode aparecer quando seus membros são tratados como ameaça coletiva, reduzidos a estereótipos, considerados incapazes de sofrimento legítimo ou vistos como merecedores de qualquer punição. Haslam e Loughnan (2014) mostram que a desumanização assume diferentes formas e é influenciada por fatores individuais, ideológicos e situacionais.

No nazismo, a propaganda antissemita contribuiu para transformar uma população diversa em inimigo racial imaginado e justificar políticas de exclusão e extermínio. Landry et al. (2022) examinaram mudanças na linguagem da propaganda nazista e encontraram evidências compatíveis com a negação progressiva de experiências mentais humanas aos judeus antes do Holocausto. Isso não significa que propaganda, isoladamente, explique o genocídio: instituições, leis, guerra, burocracia, coerção, colaboração e decisões políticas foram decisivas.

Em contextos contemporâneos, a análise deve observar se determinados discursos apresentam minorias, imigrantes, opositores ou grupos religiosos como ameaça inerente e se essa representação é usada para restringir direitos. Não basta encontrar uma palavra semelhante à propaganda histórica para afirmar equivalência. É necessário examinar contexto, repetição, alcance, consequências, políticas defendidas e relação com práticas institucionais.

8 PRECONCEITO E HIERARQUIAS: RACISMO, XENOFOBIA, MISOGINIA E HOMOFOBIA

Preconceitos distintos podem compartilhar uma lógica de hierarquização: definir quem pertence plenamente à comunidade, quem merece proteção e quem pode ser tratado como inferior. Racismo, xenofobia, misoginia e homofobia possuem histórias e estruturas próprias; não devem ser reduzidos a um único mecanismo. Ainda assim, podem ser reforçados por narrativas de ameaça, estereótipos, normas de grupo e desigualdades de poder.

O autoritarismo pode valorizar conformidade, punição a desvios percebidos e defesa de uma ordem tradicional. A orientação à dominância social, por sua vez, refere-se à preferência por relações hierárquicas entre grupos. Pesquisas distinguem esses constructos e investigam suas associações com atitudes políticas, preconceito e justificação de desigualdades; eles não constituem diagnósticos e não permitem prever infalivelmente a conduta individual.

A informação histórica pode ser rejeitada quando sua aceitação ameaça privilégios, vínculos afetivos ou uma visão positiva do grupo próprio. Uma pessoa pode conhecer fatos sobre discriminação e ainda considerar a desigualdade natural, merecida ou necessária. Em outros casos, pode minimizar o problema, deslocar a responsabilidade para as vítimas ou argumentar que a igualdade de direitos representa uma perda injusta para o próprio grupo.

É fundamental distinguir crítica a ideias e práticas de estigmatização de pessoas. Uma análise rigorosa nomeia condutas discriminatórias quando há evidência, mas evita afirmar que todo indivíduo conservador, religioso, nacionalista ou apoiador de um partido seja racista, machista ou homofóbico por definição. O objeto deve ser a atitude, a prática, o discurso ou a estrutura demonstrável, e não uma essência presumida.

9 IDENTIFICAÇÃO COM O OPRESSOR E ADESÃO DE PESSOAS VULNERABILIZADAS

A pergunta sobre por que pessoas pertencentes a minorias podem apoiar discursos que parecem contrariar seus interesses exige cuidado especial. Não existe uma explicação única, e a própria ideia de que um grupo tem interesses políticos uniformes pode apagar diferenças de classe, religião, região, raça, gênero, sexualidade, geração e trajetória individual. Integrantes de minorias não são politicamente homogêneos e não devem ser tratados como incapazes de decidir por si mesmos.

A expressão “identificação com o opressor”, associada a tradições psicanalíticas e à reflexão sobre trauma e relações de poder, pode descrever algumas situações nas quais uma pessoa adota valores, linguagem ou critérios do grupo dominante, possivelmente como estratégia de proteção, pertencimento ou redução de vulnerabilidade. Entretanto, não deve ser usada como rótulo automático para explicar o voto de alguém. Aplicá-la indiscriminadamente pode repetir a desqualificação que pretende criticar.

Há hipóteses alternativas ou complementares. Uma pessoa pode priorizar valores religiosos, econômicos, de segurança ou de política externa; pode discordar da interpretação de que determinada proposta a prejudica; pode acreditar que será uma exceção à regra aplicada a outros; pode confiar mais em sua comunidade política do que em instituições que

considera hostis; ou pode perceber benefícios imediatos maiores que os riscos futuros. Em alguns casos, a identidade nacional, religiosa ou de classe pode ser mais saliente do que a identidade minoritária.

Também pode ocorrer mobilidade simbólica: a pessoa procura se associar ao grupo que percebe como respeitado, poderoso ou socialmente dominante. O alinhamento pode oferecer status, proteção contra estigma ou a esperança de que a aceitação individual seja concedida mediante conformidade. Isso não significa que a pessoa desconheça sua condição, nem que sua escolha seja necessariamente inconsciente. Motivações podem ser conscientes, ambivalentes e mutáveis.

A análise comportamental acrescenta que ambientes sociais recompensam determinadas expressões de identidade e punem outras. A psicanálise permite explorar idealização, pertencimento e conflitos de identificação. A neurociência social ajuda a compreender a saliência da identidade e a avaliação de ameaça. Nenhuma dessas perspectivas autoriza concluir que uma pessoa vulnerabilizada esteja "agindo contra si mesma" sem ouvir suas razões, conhecer seu contexto e distinguir interesses objetivos de prioridades subjetivas.

O caminho ético não é ridicularizar nem infantilizar membros de minorias que apoiam movimentos conservadores ou autoritários. É investigar como interpretam suas experiências, que valores priorizam, que fontes consideram confiáveis, quais riscos reconhecem e como compreendem a relação entre direitos individuais e direitos coletivos. O diálogo é mais provável quando não começa pela presunção de inferioridade intelectual ou de falsa consciência.

10 POR QUE A INFORMAÇÃO HISTÓRICA NÃO BASTA?

Conhecer a história do fascismo e do nazismo é indispensável, mas conhecimento factual não produz automaticamente mudança moral. Pessoas podem aceitar fatos e rejeitar suas implicações, duvidar das fontes, considerar o presente incomparável ou acreditar que medidas autoritárias serão usadas apenas contra grupos que julgam perigosos. A memória histórica compete com narrativas identitárias e expectativas de segurança.

Há também um problema de distância moral. As atrocidades do passado podem ser reconhecidas como erradas porque seus perpetradores são vistos como monstros excepcionais, enquanto ações contemporâneas são justificadas como respostas a problemas concretos. Essa separação protege a autoimagem: "aquilo foi maldade; isto é necessário". A história perde seu poder preventivo quando é tratada como catálogo de vilões, em vez de estudo das instituições, escolhas, omissões e mecanismos que permitiram a perseguição.

Outro obstáculo é a reatância: quando a pessoa percebe uma tentativa de persuasão como humilhação ou ameaça à autonomia, pode fortalecer a posição que está sendo contestada. A confrontação pública pode consolidar lealdades, sobretudo quando a identidade política está ligada à autoestima. Isso não significa abandonar a crítica ou relativizar fatos; significa reconhecer que correção factual e mudança de atitude são processos diferentes.

Uma estratégia educativa mais promissora combina rigor documental, análise de mecanismos, escuta crítica e exemplos concretos de consequências humanas. O objetivo não é apenas dizer que determinado regime foi monstruoso, mas demonstrar como leis, propaganda, burocracia, obediência, incentivos, conformismo e decisões individuais tornaram a perseguição possível. A aprendizagem histórica torna-se mais útil quando desenvolve a capacidade de reconhecer sinais de desumanização no presente sem declarar que toda situação atual reproduz integralmente o passado.

11 IMPLICAÇÕES ÉTICAS

A análise de movimentos autoritários deve ser orientada por dignidade humana, justiça, não maleficência e responsabilidade. Denunciar racismo, homofobia, xenofobia ou misoginia não exige desumanizar quem os reproduz. É possível responsabilizar atos, contestar discursos e defender direitos sem atribuir uma essência irrecuperável a todos os membros de um grupo político.

A liberdade de expressão protege o debate e a crítica, mas não torna todas as condutas imunes à avaliação ética ou jurídica. Ameaças, assédio, incitação à violência e práticas discriminatórias precisam ser analisados conforme o contexto e a legislação aplicável. Ao mesmo tempo, a categoria de autoritarismo não deve ser usada como atalho para silenciar discordâncias legítimas.

Existe ainda uma responsabilidade de método. Pesquisadores, docentes e profissionais devem evitar diagnósticos remotos, generalizações e o uso de conceitos clínicos como insultos. A análise psicológica não substitui a investigação histórica e política, e a analogia com o nazismo exige rigor proporcional à gravidade do tema. A finalidade não é ganhar uma disputa retórica, mas compreender os mecanismos que facilitam a violação de direitos e contribuir para preveni-la.

12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fascismo, nazismo e bolsonarismo não são fenômenos idênticos, mas podem ser comparados em dimensões específicas quando os critérios são explicitados e as diferenças

históricas são preservadas. Entre os mecanismos relevantes para investigação estão a construção de inimigos, a idealização de lideranças, a ameaça percebida, a desumanização, o reforçamento social, o desengajamento moral e a valorização de hierarquias. A presença, intensidade e consequência desses mecanismos precisam ser demonstradas em cada contexto.

A neurociência social contribui para compreender ameaça, identidade e julgamento; a psicanálise permite formular hipóteses sobre identificação, idealização e ambivalência; a ciência comportamental examina contingências que mantêm condutas; e a psicologia social oferece conceitos para estudar preconceito e desengajamento moral. Essas perspectivas são complementares, mas nenhuma permite diagnosticar coletividades ou explicar todas as escolhas políticas por um único motivo.

A adesão de pessoas vulnerabilizadas a discursos que podem sustentar hierarquias não deve ser reduzida a ignorância ou identificação inconsciente com o opressor. Ela pode envolver valores concorrentes, percepção de interesses, pertencimento, estratégias de proteção, confiança, status e interpretação particular da realidade. Compreender essas motivações requer escuta, dados e respeito à agência dos próprios sujeitos.

A conclusão central é que a informação histórica é necessária, mas insuficiente quando não se examinam os processos emocionais, sociais e institucionais que tornam a exclusão aceitável. Prevenir autoritarismo exige mais do que recordar os horrores do passado: requer reconhecer a desumanização quando ela aparece, fortalecer instituições, proteger direitos, responsabilizar condutas e criar condições para que a discordância não se transforme em autorização para a crueldade.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. Antissemitismo e propaganda fascista. In: ADORNO, Theodor W. Ensaios sobre psicologia social e psicanálise. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

BANDURA, Albert. Moral disengagement in the perpetration of inhumanities. Personality and Social Psychology Review, Thousand Oaks, v. 3, n. 3, p. 193-209, 1999. DOI: https://doi.org/10.1207/s15327957pspr0303_3.

FREUD, Sigmund. Psicologia das massas e análise do eu (1921). In: FREUD, Sigmund. Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923). Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. V. 15, p. 14-113. (Obra original publicada em 1921).

FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização (1930). In: FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936). Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

HASLAM, Nick; LOUGHNAN, Steve. Dehumanization and infrahumanization. Annual Review of Psychology, v. 65, p. 399-423, 2014. DOI: https://doi.org/10.1146/annurev-psych-010213-115045.

LANDRY, Alexander P. et al. Dehumanization and mass violence: a study of mental state language in Nazi propaganda (1927–1945). PLOS ONE, v. 17, n. 11, 2022. DOI: https://doi.org/10.1371/journal.pone.0276749.

OSBORNE, Danny et al. The psychological causes and societal consequences of authoritarianism. Nature Reviews Psychology, v. 2, p. 220-232, 2023. DOI: https://doi.org/10.1038/s44159-023-00161-4.

SILVEIRA, Felipe Lazzari da; AMARAL, Augusto Jobim do. Bolsonarismo e o fascismo na Era Digital. Revista Brasileira de Estudos Políticos, 2023. DOI: https://doi.org/10.9732/2023.V127.962.

SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e; NEGREIROS, Célia Rejane Araújo. Entre o populismo e o autoritarismo: o bolsonarismo como manifestação do fascismo. Revista de História Comparada, 2025. Disponível em: https://www.revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/66061. Acesso em: 26 out. 2026.

SKINNER, B. F. Ciência e comportamento humano. Tradução de João Carlos Todorov e Rodolfo Azzi. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TAJFEL, Henri; TURNER, John C. An integrative theory of intergroup conflict. In: AUSTIN, William G.; WORCHEL, Stephen (ed.). The social psychology of intergroup relations. Monterey: Brooks/Cole, 1979. p. 33-47.